

O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO DO CENTRO COMERCIAL DE BELÉM-PA

Magaly Caldas Barros¹

Resumo

Este trabalho objetiva identificar o processo de patrimonialização como apropriação do patrimônio no espaço urbano de Belém, tomando como recorte espacial o Centro Comercial de Belém, localizado no bairro Campina. Para tanto, foram realizadas: literaturas bibliográficas, trabalho de campo para identificar e mapear alguns recortes espaciais sintomáticos. Destacando os agentes do processo de produção do espaço, assumimos a concepção de patrimonialização que relaciona a ideia de desenvolvimento, sendo uma ação cujo intento é promover o desenvolvimento por meio da valorização de dada cultura e seu patrimônio, envolvendo diferentes grupos sociais ligados ao Estado e ao capital privado presentes no Centro Comercial de Belém-Pa.

Palavras-chave: Patrimonialização; Produção do espaço; Apropriação do espaço; Centro Comercial de Belém.

1. INTRODUÇÃO

Consideramos nesta pesquisa o processo de patrimonialização como um duplice movimento: podendo ser caracterizado como as intervenções patrimoniais, em seu caráter institucional, apresentando o tombamento e o registro como mecanismos de proteção ao patrimônio; como também se caracteriza pelo aspecto positivo do valor patrimonial de dado objeto na sustentação de um mercado voltado ao lazer (Leite; Peixoto 2009). Os espaços

¹ Licenciada Plena em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo - UFPA. Email para contato: magalycaldasb@gmail.com.



patrimonializados, correspondem, portanto, àqueles onde a relação entre diferentes grupos sociais é causa e consequência do patrimônio patrimonializado.

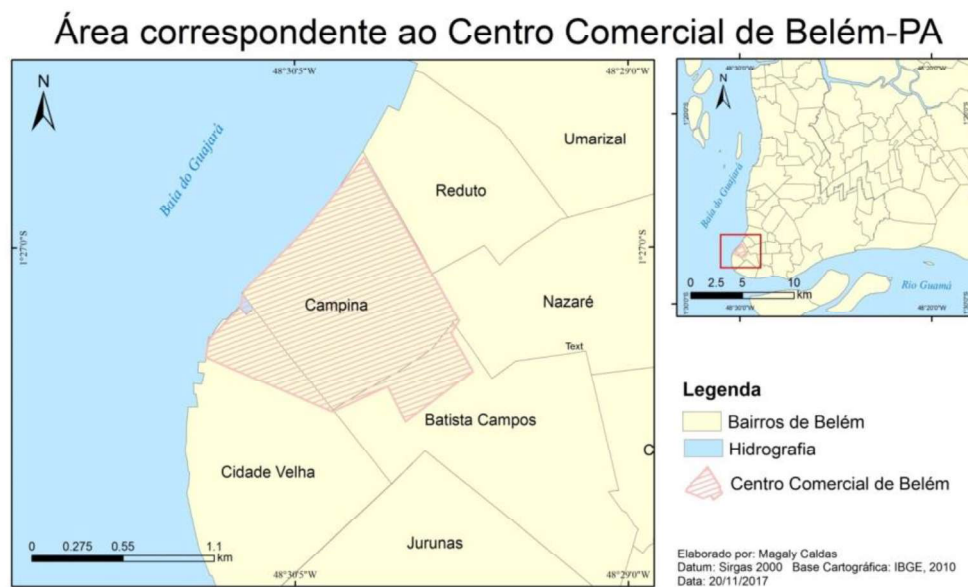
Nesse sentido, destacamos, de acordo com Carlos (2015), os agentes do processo produtivo que têm o espaço como condição, meio e produto de suas atividades, destaca: o Estado, responsável pelo arranjo político e administrativo do corpo social; o capital, representado pelas instituições privadas que garantem sua reprodução constante; e os sujeitos sociais, cuja realização da vida, movida pelos desejos e necessidades, encerram modos de percepção e apropriação do espaço na prática social objetiva e subjetiva. Cada agente desenvolve modos de se apropriar do espaço ao mesmo tempo em que se relacionam entre si. Isso, enquanto processo de produção do espaço, gera relações sociais conflituosas e contraditórias.

Ao analisar os espaços patrimonializados, notamos que os grupos sociais neles presentes são constituídos também por agentes que possuem laço identitário com o espaço e seus desdobramentos, logo a patrimonialização carrega em seu bojo estratégias de sobrevivência, que podem apoiar-se em políticas de comercialização do patrimônio ou em ações desenvolvidas pela própria comunidade.

2. O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DO CENTRO COMERCIAL DE BELÉM-PA

Na tentativa de compreender os processos de apropriação do espaço, fizemos um recorte espacial na cidade de Belém que entende o Centro Comercial de Belém-PA (figura 1), no que diz respeito a produção do espaço do bairro Campina, como um exemplo de apropriação

Figura 2: Área correspondente ao Centro Comercial de Belém-PA. FONTE: Elaborado pela autora. do espaço por meio do processo de patrimonialização.



Identificamos os agentes envolvidos no processo de patrimonialização do Centro Comercial de Belém-PA, considerando que os agentes da produção do espaço

[...] estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de ambiente construídos, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano. (Corrêa 2011: 43-44).

Observamos, então, o Estado, o proprietário privado, e os trabalhadores como agentes de produção do Centro Comercial de Belém. Escolhemos, no entanto, falar apenas do Estado e o proprietário privado, porque foram encontradas algumas dificuldades ao longo da pesquisa no que diz respeito ao contato com os trabalhadores do Centro Comercial de Belém, uma delas é o tempo disponível à pesquisa de campo. O Estado age em diferentes frentes, destacando a atuação na gestão e planejamento do espaço urbano, aquele que promove obras infraestruturais, regulação e regulamentação dos usos do solo, além de exercer papel fundamental no contato com empresas – subsidiando impostos, excluindo riscos e garantindo lucros – no que tange às relações capitalistas (Corrêa, 1989). No que se refere às políticas de preservação e conservação do patrimônio cultural do Centro Comercial de Belém, o Estado aparece em três esferas, Federal, Estadual e Municipal, na execução de projetos que contribuem para a valoração e valorização dos bens patrimonializados, principalmente por meio do tombamento – como dispositivo de garantia à preservação. No entanto, alguns espaços públicos e edificações não são alvo das políticas efetivas de proteção do patrimônio, a exemplo do Solar da Beira e da Feira do Açaí.

Considerando as diversas perspectivas de planejamento urbano, os projetos de intervenção do Estado caminham para o desenvolvimento de atividades ligadas ao lazer e ao turismo, culminando em novas formas de uso e apropriação de tais espaços. Dentre os projetos, destacamos a revitalização do “Complexo arquitetônico e paisagístico Ver o Peso” e a criação do complexo turístico “Estação das Docas”. Em suma, estes projetos possibilitaram o uso desses espaços pela iniciativa privada, onde os serviços atendem parte da sociedade local e os turistas.

Sobre os proprietários privados identificados no Centro Comercial de Belém podemos citar os donos de hotéis e de lojas. Corrêa (1989) define os proprietários a partir das grandes indústrias e empresas comerciais, como intensos transformadores e consumidores do espaço por meio de suas atividades que necessitam de amplos e baratos terrenos. Em relação a produção do espaço por agentes ligados à dinâmica comercial, Santos (2008) sugere a existência de dois circuitos: o circuito superior e o inferior da economia. Segundo o autor,

pode-se afirmar que o fluxo do circuito superior está composto de negócios bancários, comércio de exportação e indústria de exportação, indústria urbana moderna, comércio moderno, serviços modernos, comércio atacadista e transporte. O circuito inferior está essencialmente constituído por formas de fabricação de “capital não intensivo”, por serviços não modernos, geralmente abastecidos pelo nível de venda e varejo e pelo comércio em pequena escala e não moderno. (Santos 2008: 97).

Inseridos no circuito superior da economia, o recorte espacial deste trabalho identificou empresas formais que atuam de forma direta na dinâmica do capital, como bares, restaurantes, lojas e empresas ligadas ao lazer ocupando edificações históricas, a exemplo do restaurante *Point do Açaí*, onde se observa também o processo de refuncionalização. Consideramos o *Point do Açaí* como parte do circuito superior da economia observando a dinâmica econômica de Belém.



Os espaços patrimonializados também são ocupados por empresas que, a partir da refuncionalização, oferecem serviços de restaurantes e terminal turístico fluvial (ex.: Estação das Docas), lojas de produtos naturais e regionais (ex.: as localizadas no Mercado de Carne).

Quanto ao circuito inferior da economia, pode-se identificar como aqueles que desempenham pequenas atividades, com pouco investimento de capital e não modernas, geralmente incluindo atividades não formais, além do desinteresse pela acumulação do capital (Trindade Jr., 2006). Desse modo, o Centro Comercial de Belém apresenta trabalhadores autônomos e informais que transformam os espaços patrimonializados a partir de atividades como lojas de varejo, estacionamentos e barracas de ambulantes distribuídas pelas ruas e calçadas. No complexo Ver o Peso percebemos elementos do circuito inferior da economia caracterizado pela não acumulação do capital e preços e taxas flutuantes sujeitas a negociação.

Nesse sentido, percebemos o processo de patrimonialização dos bens tombados no que tange a produção e reprodução do espaço urbano de Belém, em especial ao que delimitamos de Centro Comercial. Por fazer parte do núcleo de formação da Belém, esta área apresenta objetos espaciais dotados de valor simbólico, artístico e, agora evidenciado, econômico. É importante ressaltar o aspecto dinâmico das políticas e infraestruturas de turismo implementadas no Centro Comercial, tanto no que diz respeito à forma como são aplicadas no espaço, quanto aos usos e apropriações da população local. Identificar os agentes envolvidos nos processos discutidos nesta pesquisa foi importante para evidenciar o jogo de interesses que permeiam o processo de produção do espaço urbano, sobretudo quando se trata de patrimônio cultural, pois para além da significância material representada no espaço, seu caráter está sedimentado nas relações topofílicas, no saber-fazer cotidiano da população local e na intenção de preservação construída por quem o revisita.

À guisa de conclusão, entendemos a patrimonialização como uma prática social que provoca mudanças na organização do espaço, já que as políticas urbanas referentes à valorização, requalificação e/ou refuncionalização do patrimônio histórico são processos presentes na organização do espaço urbano das cidades. Assim, o processo de patrimonialização se compreende, como buscou esta pesquisa, no seio do processo de produção do espaço, já que este incorpora o contexto social, cultural e espacial de onde se localiza o patrimônio e sua sociedade.

Referências

- Carlos, A.F.A. 2015. *A condição espacial*. São Paulo. Contexto.
- Correa, R. L. 1989. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática.
- _____. 2011. Sobre Agentes Sociais Escala e Produção do Espaço: Um Texto Para Discussão. In: Carlos, A. F. A.; Souza, M. de; Sposito, M. E. B. (orgs.) *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. (1): 41-51. São Paulo: Contexto.
- Leite, R. P. & P. Peixoto. 2009. Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto. In *Cadernos Metrópole* (21): 93-104.



Santos, M. 2008. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp.

Trindade Jr., S. C. da; Amaral, M. D. B. 2006. Reabilitação Urbana na Área Central. *Revista Paranaense de Desenvolvimento* (111): 73-103.

